

SECA: UMA CONSTRUÇÃO E UMA PERSPECTIVA

RONALD DE FIGUEIREDO E ALBUQUERQUE FILHO

FACHUSC

ronaldhisf@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo mostrar as várias faces em torno do discurso sobre a seca, tendo aqui a percepção de que este é inserido dentro de um processo histórico, do qual é modificado de acordo com as necessidades presentes em cada momento que o discurso se enrijece. Dentro desse viés, procuramos estabelecer uma relação entre a prática discursiva, política e social, em que se estabelece uma determinada sociedade, com toda sua complexidade envolvida. Utilizamos para tanto, dentre outras fontes, a leitura de alguns autores que trabalharam essa temática como Neves, Albuquerque Jr., Olivenor, Rios, enfim, onde podemos perceber tais ligações.

Palavras-chave: seca; discurso; controle social; poder.

Quando falamos em seca já se tem todo um imaginário preestabelecido, produzido e disseminado em torno desse tema que é a concepção de seca como problema seja ele climático, social, econômico, político e até mesmo cultural. A seca, em diversos meios de disseminação de informação e conhecimento, é percebida como a grande causadora do atraso e subdesenvolvimento do Nordeste brasileiro, um problema natural, que traz consigo vários outros e desse modo vai se construindo essa ideia e cada vez mais se propagando como verdade.

É necessário historicizar esta concepção, não coincidentemente datada a partir da grande estiagem de 1877/79¹⁷⁸, período este que percebemos a desnaturalização da seca e que verificamos as multifaces que se pode chegar a partir da percepção de seca como problema, inclusive tornando-se aspecto fundamental para a formação e desenvolvimento de algumas cidades.

Temos registros sobre estiagens que datam os primórdios da colonização nesta região que hoje chamamos Nordeste brasileiro. Dificuldades de se estabelecer nessas terras devido à irregularidade das chuvas ocorrem desde as primeiras tribos aqui existentes, as quais migravam para terras mais úmidas em tempos de escassez. Mesmo com essa vulnerabilidade climática esse território foi ocupado e fixado por colonizadores “com base

¹⁷⁸ Ver ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Palavras que calcinam, palavras que dominam: A invenção da seca no Nordeste. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, vol. 14, nº28, 1994.

na pecuária, o que permitia uma certa mobilidade da produção durante as secas” (NEVES, 2004).

Nos primórdios da colonização, apesar das dificuldades, a irregularidade de chuvas não era usada para justificar as mazelas dessa região. Os colonizadores, mesmo assim, buscaram se adaptar a esse território.

Com a exploração da terra, desmatada para obter maior produção, sobretudo da cana-de-açúcar, começavam as acusações destinadas ao clima semiárido devido as perdas da produção. Ainda sem muito impacto, essas reclamações não eram levadas ao governo provinciano, muito menos ao império, eram reclamações de âmbito local, não havendo ainda tanto alarde. Era comum nesse período a migração temporária dos pequenos agricultores para terras mais férteis de seus patrões, mantendo relações paternalistas com os mesmos. Estas relações acabavam por sustentar cada vez mais aspectos de subserviência dos trabalhadores em relação aos proprietários das terras. De acordo com Frederico de Castro Neves

Até meados do século XIX, contudo, a irregularidade de chuvas que caracteriza o sertão não havia significado um problema tão grande para os setores dominantes. Pelo menos, as cidades e as instituições modernas do poder, estruturadas neste mesmo período, estavam a salvo das agruras da seca. As terras úmidas da periferia do semiárido, abundantes e pouco povoadas, podiam ser ocupadas pelos grupos de sertanejos que perdiam as suas colheitas de subsistência e também pelo gado dos grandes proprietários. O Piauí e o Cariri eram as áreas mais procuradas por estas migrações periódicas. Muitos grandes proprietários possuíam terras nestas áreas como “reserva” para os tempos de escassez, quando o gado – bem mais valioso – poderia estar protegido (NEVES, 2004. p. 77).

As terras localizadas no interior cearense eram ocupadas pela criação de gado e pela produção tradicional baseada na agricultura de subsistência. A permanência dos trabalhadores nessas propriedades, lidando com a terra e com o gado de grandes proprietários rurais, favorecia o enrijecimento da relação de apadrinhamento, ou seja, a utilização da mão-de-obra escrava não era inexistente, porém, não era a mais utilizada nessa região do semiárido. Os trabalhadores mantinham uma relação baseada na lealdade, na submissão e proteção com seus patrões, que em troca lhes davam moradia e uma pequena parte da terra para a produção de subsistência do trabalhador e de sua família.

A prática que leva às relações paternalistas remete ao período colonial ainda durante a conquista das terras colonizadas. Os arrendatários pagavam pelas terras que trabalhavam para sua subsistência e de sua família, o que não possibilitava um excedente

que favorecesse a comercialização da produção, fazendo com que os trabalhadores dessas terras ficassem submissos e sob o controle do proprietário da terra.

Essa estrutura arraigada ainda no período colonial, favorecendo sesmeiros, aprofundando laços de submissão por parte dos moradores e trabalhadores das propriedades aos donos da mesma, se efetivava cada vez mais quando a escassez de chuvas prevalecia no sertão, não possibilitando nem mesmo a segurança alimentar da família dos trabalhadores, que eram obrigados a se submeter mais ainda ao proprietário da terra.

O poder político e econômico ainda estava localizado na estrutura fundiária de monopólio sobre a terra, isentando o Estado de qualquer responsabilidade para com aqueles que sofriam com o período de estiagem, o que favorecia as relações paternalistas. Segundo Frederico de Castro Neves

Essa situação mudou na metade do século XIX. Neste momento, uma série de fatores concorreu para o “fechamento” das terras disponíveis para a “retirada” dos homens e do gado. (...) A ocupação das terras próximas ao semiárido por uma agricultura comercial tem dois momentos de intensificação: 1) a valorização das terras como bem econômico, provocada pela Lei das Terras de 1850, que, ao mesmo tempo, retirou das tribos indígenas remanescentes o controle de algumas áreas por aldeamentos; 2) o impressionante avanço da cultura algodoeira por toda a província do Ceará, motivado pelo súbito aumento de preços no mercado internacional em função da Guerra de Secessão nos EUA (NEVES, 2004. p. 79).

Em meados do século XIX, não tendo mais a possibilidade de migração para terras mais férteis, outrora morada temporária dos trabalhadores rurais que mantinham relações de apadrinhamento com os proprietários das terras, em períodos de estiagem, devido a produção em alta escala do algodão, impossibilitando a cultura de subsistência e manutenção dessas famílias em tais propriedades, os camponeses, agora retirantes, buscavam alternativas nas cidades.

Essa efervescência do desenvolvimento urbano nas cidades brasileiras, aqui especificamente, na capital do Estado do Ceará, Fortaleza, se deu principalmente na virada do século XIX para o XX. O desenvolvimento moderno em Fortaleza tem íntima ligação com o período de regulares chuvas entre os anos de 1845 e 1877, até então, a seca de 1877/1879, vem sendo colocada como marco na construção desse imaginário da seca como problema e principal fator de atraso e subdesenvolvimento desta região. No entender do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, a vasta literatura que trata sobre a temática da seca, percebe esta como um fenômeno natural, ainda que possua repercussões sociais, políticas e econômicas. O autor atenta para o fato de que a seca é um produto histórico de práticas e discursos, “um objeto ‘imagético-discursivo’, cujas imagens e

significações variam ao longo do tempo e conforme o embate de forças que a toma como objeto de saber” (ALBUQUERQUE Júnior, 1994).

Tendo essa percepção da seca como problema de repercussão nacional a partir de 1877, faz-se necessário desnaturalizar este fenômeno, colocando-o como estratégia política na tentativa de sensibilizar o Estado e a nação em relação aos males causados pela estiagem. Esse objeto de discurso viabiliza e legitima um determinado saber que leva a aceitação atravessando todo corpo social. Produz verdade. De acordo com Michel Foucault

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2007. p. 12).

É importante identificarmos esse produto discursivo que rege proporções aceitáveis cientificamente em um determinado tempo e espaço. O que legitima a seca de 1877 como marco para a compreensão de seca que temos hoje? Segundo Albuquerque Júnior

A transformação da seca em problema nos apareceu, então, como um processo conflituoso, em que diferentes práticas e discursos se defrontaram, fazendo emergir este novo objeto de saber e poder: “a seca do Norte”, cuja invenção deve ser apagada, remetendo-o para o reino da natureza, ocorrendo, portanto, no final do século XIX, uma mudança na imagem e no uso do fenômeno da seca. Para compreender tal mudança, procuramos analisar os principais discursos em torno desse fenômeno e as práticas que enformaram. Discursos e práticas que transformaram a seca em problema regional e nacional e na principal causa de todas as demais dificuldades vividas por esta parte do território nacional. Perguntando-nos, portanto, quais as séries de acontecimentos e de discursos que transformaram a seca de 1877/79 em algo excepcional, dentro da secular história das secas, já que, enquanto acontecimento da natureza, nenhum aspecto a credencia a ser tomada como marco? Sua duração foi inferior a muitas outras, atingiu uma área menor, não foi tão intensa, porque ocorreram chuvas esparsas durante o período e mesmo a população por ela dizimada é proporcionalmente inferior a da seca de 1825, por exemplo. Enquanto a seca de 1877 matou cerca de 13,9% da população do Ceará, a seca de 1825 dizimou 14,4% da população desta província (ALBUQUERQUE JR, 1994. p. 112).

A “grande” seca de 1877, como ficou conhecida, é posta como marco na história do Ceará. A migração de inúmeros camponeses para a capital do Estado, caminhando longas léguas, com a esperança de encontrar a caridade que antes era “função” das relações paternalistas, mas que agora, nem mesmo os antigos ou ainda proprietários de terras possuem recursos suficientes para manter aquele tipo de relação, ao contrário, alguns fazendeiros estavam endividados, devendo aos comerciantes, principalmente da capital. Neves afirma que

Segundo contemporâneos bem-informados, em um ano mais de 100 mil desses “invasores” esfarrapados ocuparam as praças, as ruas, as calçadas e o Passeio Público de uma cidade que procurava adaptar-se aos padrões civilizados dos grandes centros e que não contava com mais do que 27 mil habitantes. Notícias diárias de cenas impactantes aterrorizaram os provincianos cidadãos da capital: roubos, prostituição, suicídios, assassinados, antropofagia, mendicância... (NEVES, 2004. p. 82).

Todos os dias, como coloca Neves, eram noticiados nos jornais locais a chegada de milhares de retirantes à capital do Estado cearense. O jornal O Cearense, na edição de 29 de abril de 1877 noticia

Não há dia no qual as portas das Igrejas e edifícios públicos não estejam etopetados por mendigos de todas as idades. Esse espetáculo é deponente contra os nossos costumes, além de ser, a maior parte das vezes, imoral e repugnante. (O Cearense apud OLIVENOR, 66. p. 2002).

Além das páginas de jornais, a seca de 1877 também foi temática de romances como por exemplo A Fome de Rodolfo Teófilo, no qual o autor inicia sua obra dizendo

O mês de dezembro é sempre quente nas províncias do Brasil mais próximas do equador. Mesmo no litoral, que é bafejado pelas brisas do mar, os dias são calmosos, a temperatura, à sombra, chega às vezes, a 33° centígrados. Foi na tarde de um desses dias, no ano de 1877, o ano da fome, que na Jacarecanga, um dos arrabaldes de Fortaleza, arranchava-se à sombra de um cajueiro uma família de retirantes, que, depois, das torturas de uma viagem de cem léguas, vinham aumentar a onda de famintos (TEÓFILO, 1979. p. 4).

Na obra citada, o autor expõe cenas que eram costumeiramente visíveis e noticiadas, levando alguns comentaristas de seu romance escreverem que a sua obra “reflete” a vida cearense, A fome, nas palavras de Dolor Barreira é “um quadro forte e fiel do nosso flagelo familiar”. Assim sendo, a imagem que se tem sobre o Nordeste é de um espaço que sofre as agruras da seca e que dessa forma se torna uma região pobre, de pessoas frágeis e que necessitam de assistência, criando assim, características da identidade local. Para Albuquerque Júnior “a região Nordeste, que surge na ‘paisagem imaginária’ do país no final da primeira década deste século, substituindo a antiga divisão do país entre Norte e Sul, foi fundada na saudade e na tradição” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). Na composição de Belchior intitulada “Conheço meu Lugar” ele atenta para essa imagem discursiva produtora de uma determinada noção de “nordestinidade”

Não! Você não me impediu de ser feliz! Nunca, jamais bateu a porta em meu nariz!

Ninguém é gente!

Nordeste é uma ficção!

Nordeste nunca houve!

Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!

Não sou da nação dos condenados!

Não sou do sertão dos ofendidos!

Você sabe bem: conheço o meu lugar!

Há vários Nordeste, mas àquele que é normalmente posto e encontrado na mídia, nas músicas, nos filmes, em romances, no diálogo das pessoas, inclusive do próprio Nordeste, o torna único, homogêneo, sofredor, miserável, subdesenvolvido, atrasado e estático. O lugar do passado. Segundo Kathryn Woodward

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar (WOODWARD, 2007. p. 17).

Na composição acima, Belchior, músico cearense, afirma conhecer o seu lugar e que não é esse espaço tão disseminado que contam por ai – e por aqui também. Não é, como ele mesmo aponta, o lugar dos esquecidos, dos condenados e dos ofendidos. Por outro lado, ele percebe as modificações do tempo presente, as ideias liberais e seu triunfo. Coloca o homem comum não como mero espectador da vida e que tem que se adequar a sociedade que querem frutificar e fortalecer, ao contrário, ele sugere que o homem comum tenha “voz ativa”, ou seja, se torne protagonista de sua própria história.

A saudade explicitada nas literaturas, nas músicas ou em outras artes, estereótipos que caracterizam ou a forma como são caracterizados os povos e as cidades nordestinas, cria uma espécie diferenciada, imodificável, como se nada mudasse nesse espaço, como se viajássemos e voltássemos trinta anos depois, encontraríamos tudo exatamente igual, assim nos tornamos sujeitos atrasados, vinculados a um tempo estático, imutável, com características bem enrijecidas. Como Albuquerque Júnior afirma

Este Nordeste é uma máquina imagético-discursiva que combate a autonomia, a inventividade e apoia a rotina e a submissão, mesmo que esta rotina não seja o objetivo explícito, consciente de seus autores, ela é uma maquinaria discursiva que tenta evitar que os homens se apropriem de sua história, que a façam, mas sim que vivam uma história pronta, já feita pelos outros, pelos antigos; que se ache “natural” viver sempre da mesma forma as mesmas injustiças, misérias e discriminações (ALBUQUERQUE Júnior. 2011. p. 100).

Ao tratar sobre as canções sertanejas do Nordeste, leva-nos a pensar, assim como Albuquerque Jr., que essas produções remetem ao Nordeste como se este fosse estático, atemporal: “a ênfase na memória por parte dos tradicionalistas nasce dessa vontade de prolongar o passado para o presente e, quem sabe, fazer dele também o futuro. Eles abominam a história, por ela estabelecer uma cisão entre as temporalidades” (ALBUQUERQUE JR. 2011).

De forma que a mudança chega, mesmo que a contragosto. Mais explicitamente na segunda metade do século XIX, temos no Brasil uma onda de novas ideias, pensamentos

modernos, associados ao liberalismo político e econômico, fazendo romper com as ideias tradicionais de outrora, possibilitando novas formas de relações sociais, ambientais, políticas e culturais, trazendo à tona discursos e interesses, que manipulam e regem novas práticas.

Como tínhamos falado anteriormente, o período entre 1845 e 1877 é de “esplendor” no Estado do Ceará: um reconhecido desenvolvimento econômico derivado da produção do algodão. Durante esses anos, a cidade de Fortaleza se desenvolve tendo como modelo as sociedades capitalistas da Europa. Uma elite burguesa começou, nesse momento, juntamente com alguns intelectuais e políticos, a elaborar projetos e mecanismos urbanos que dessem à capital do Estado uma nova roupagem, de caráter moderno, com equipamentos urbanos que estabelecessem a ideia do novo, se contrapondo ao antigo, que agora era visto como atrasado e sinal de subdesenvolvimento. De acordo com Celeste Cordeiro

Nosso Estado, ao seu jeito, viveu intensamente todo esse processo: políticos e partidos, tribuna, imprensa, crescente circulação de ideias, agrupamentos intelectuais, preocupação com a educação... Todo o burburinho transformador não só ecoou aqui, como teve daqui uma contribuição importante, a qual pode ser avaliada por uma série de variáveis: a quantidade de jornais circulando em Fortaleza e no Ceará como um todo, bastante representativos das diversas tendências ideológicas (liberais, católicos, maçons, republicanos etc), políticos de estatura nacional como o senador Martiniano de Alencar, José de Alencar e o senador Pompeu, intelectuais engajados do porte de Silva Bezerra, Rocha Lima e Capistrano de Abreu, movimentos intelectuais atualizados com o pensamento europeu como a academia Francesa... (CORDEIRO, 2004. p. 135).

Percebe-se, com a citação acima, que durante a segunda metade do século XIX, as novas ideias advindas da Europa, tem um amplo apoio de intelectuais, escritores, políticos, enfim, que fazem disseminar todo esse discurso da modernidade em meios diversos para obter aceitação coletiva da sociedade. Todo esse discurso em torno do novo e do moderno, traz consigo um aparato de saber científico que cria verdades e exerce poder sobre os demais, “uma espécie de pressão e poder de coerção sobre outros discursos” (FOUCAULT, 2012. p. 17). Essa produção imagética que buscou fabricar uma nova sociedade e uma nova mentalidade, encontrou no final do século XIX o período mais propício para as transformações que se queria efetivar.

Desse modo, as mudanças acontecem. O novo substitui o velho. As ruas tornam-se mais largas, há passeios públicos, edifícios, praças arborizadas, enfim, equipamentos modernos moldam uma nova cidade e pensamentos modernos criam uma nova civilização. O discurso modelador, disciplinar, fabricante de boas condutas e de uma civilização

desejada, está sendo disseminado em diversas instituições. Os efeitos do poder se estabelecem em torno da escola, do exército, da Igreja, da família, etc., meios de fácil acesso no cotidiano da população.

Durante o período da estiagem de 1877, com todas as repercussões implicadas, o que não se podia era desconstruir essa modernização que estava em processo na cidade de Fortaleza.

Os milhares de migrantes que chegavam todos os dias, ocupando os espaços citadinos, doentes, frágeis e sujos, eram motivo de preocupação por parte da elite e do governo local. Os vícios dessa população pobre e preguiçosa – no olhar da elite – deviam ser rapidamente reprimidos. Alguns comentários do Presidente Pedro Leão Veloso vão nessa direção, nos cuidados que a população deve ter: “É rápida a transição do pauperismo à mendicidade, tanto mais fatal, quanto à sombra da miséria se oculta o vício proveniente da indolência e preguiça, contra que se deve armar a sociedade” (VELOSO, 1881 apud VIEIRA, 2002. p. 22).

As experiências dos retirantes levaram a perceber que a dor e o sofrimento destes eram utilizados para fins de conseguir, por parte do Estado, assistência do governo central. Diariamente os jornais locais e cartas do parlamento enviados para a capital do país, denunciavam a calamidade ocasionada por tal fenômeno natural e pediam que o governo assistisse essa população sofrida. Neves afirma

A transferência parcial da assistência paternalista exercida pelos coronéis para uma assistência contraditoriamente paternalista exercida pelo Estado exigiu a incorporação das áreas urbanas ao fenômeno da seca, colocando a população de Fortaleza no “olho do furacão”. De fato, mesmo se uma ruptura do pacto paternalista tenha acontecido já em 1877, pois que “os homens pobres e os escravos foram abandonados pelos coronéis-pais-patrões, rompendo o pacto tradicional da lealdade e apadrinhamento”, o Estado assume esta dívida com todas as suas obrigações costumeiras [...] A ruptura do pacto, assim, não representa uma ruptura do tecido social e a ordem baseada nos termos de reciprocidade ainda permanece forte, exercendo pressões e estimulando atitudes [...] O sertanejo percebe, ao mesmo tempo, que não é necessário chegar a um estado profundo de miséria e inanição para procurar auxílio, inclusive porque este estado o torna excessivamente fraco para organizar-se coletivamente ou tomar qualquer atitude mais ousada; e o espaço privilegiado para este auxílio é a cidade (NEVES, 2002. p. 101).

Sim, havia fome, doenças e muitas mortes, porém, esse saber era utilizado como estratégia por parte dos representantes governamentais, da elite burguesa e intelectuais, para adquirir verba e assistência, justificada a partir das agruras ocasionadas pela seca. No entanto, esses recursos eram empregados no aformoseamento da capital cearense e

favorecimento de alguns fazendeiros – só com o passar de anos e ganhos de experiência, é que os retirantes vão tirar isso ao seu favor. De acordo com José Olivenor

Ademais, é com base na miséria que se conserva o domínio desses políticos, obedecendo sempre a um processo de recriação de novas formas de poder de acordo com o fazer histórico. A política de “combate” à seca, termina reforçando a própria estrutura política e econômica, cumprindo, dessa forma, o papel de manter a dependência do povo à estrutura de poder local. (OLIVENOR, 2002. p. 62-63).

As cobranças feitas pela elite local, governantes e alguns intelectuais, tinham como propósito manter a estrutura econômica e política. Os usos sobre os recursos que eram destinados para resolver, ou mesmo diminuir, o sofrimento daqueles que de fato foram prejudicados com danos e perdas de suas terras e foram obrigados a migrar, tiveram outra função.

O Estado tinha a responsabilidade de socorrer a população emergente. O Império destinava recursos para as províncias e estas, por sua vez, repassavam para os municípios. No entanto, os fins para que foram estabelecidos tais recursos foram outros. A elite local, justificando que era um erro dar esmolas, pois esta prática levava a ociosidade e improdutividade daqueles, defendiam outras práticas e destino diferente aos recursos imperiais, algo que desse retorno à sociedade.

Ora, a elite local não queria perder as relações de dependência arraigadas ainda na estrutura clientelista, por outro lado, se queria disciplinar e controlar estes que atormentavam a ordem pública, além do que, não poderia perder a oportunidade de desenvolver a cidade, já que em períodos normais seria difícil arrecadar verbas para o progresso desta região. O jornal *O Retirante* de 28 de outubro de 1877, citado em José Olivenor, nos traz referências a como os periódicos da época apoiavam estas práticas de benevolência dos estadistas, que utilizavam os recursos destinados aos “flagelados da seca”, de forma produtiva para a sociedade, dando empregos sistemáticos e temporários aos retirantes que se encontravam em frentes de trabalho

Com efeito, S. Excelência deixa a presidência depois de ter esbanjado mais de setecentos contos de réis da verba de socorros públicos, sem ter conseguido socorrer senão as comissões, os comissionados, as subcomissionadas e protegidas. Em toda a Província não existe um só celeiro onde a indigência mitigue a fome um dia se quer. Em compensação fica muita casa-farta, muita grimpá erguida, com os despojos da miséria! (...) As obras públicas iniciadas para dar trabalho a indigência foi, sem dúvida, uma ideia de S. Excelência capaz de resultados fecundos: mas S. Excelência viu de braços cruzados, os especuladores retalharem essa ideia generosa em seu proveito, se assim podemos nos exprimir, sem ter a energia de embargar-lhes os passos. (O *RETIRANTE* apud OLIVENOR, 2002. p. 62).

Diante do exposto, podemos dizer também que a seca ajudou, a partir do discurso que imprimiram sobre ela e das práticas que puseram a cabo com a verba destinada para diminuir seu impacto, o desenvolvimento da cidade de Fortaleza, tornando-a uma cidade modernizada.

Outro aspecto que aqui deve ser explorado, é o lado pedagógico das frentes de trabalho. Controle social, disciplina, romper com a ociosidade e vícios da população emergente e desenvolver o progresso, enfim, o “trabalho dignifica o homem”, dá-lhe utilidade. Assim, ao invés de esmolar, a elite local manipula os recursos repassados pelo Império, dando-lhes outro destino, ao mesmo tempo que mantém as antigas relações patronais. Desse modo, Olivenor afirma

Portanto, fosse como medida de mero combate à seca, como necessidade de disciplina social, ou mesmo como ideal de progresso material para a província, pode-se dizer que a política assistencialista do Estado imperial, que assegurava a todo brasileiro o direito de receber socorro em caso de calamidade pública, foi rapidamente transformada pelas elites locais num instrumento de coerção ao trabalho (Ibid. p. 64).

Tendo o apoio de boa parte dos cidadãos e dos meios de comunicação da época – todos temendo a mendicância e com o pensamento no progresso –, esse propósito de retirar das ruas de Fortaleza, corpos inúteis e improdutivos para o trabalho em prol do desenvolvimento da cidade, deu um caráter de utilidade aos recursos adquiridos pelo governo imperial, que ao invés de simplesmente esmolar os retirantes, incentivando a ociosidade, preguiça e vadiagem, unia o útil ao agradável, trabalho e progresso, o que poderia ser, também, ordem e progresso.

Os trabalhos eram diversos, desde que colaborassem em dois sentidos: 1) diminuir o fluxo de pessoas ociosas em Fortaleza; 2) modernizar e civilizar a capital. Nesse sentido, alguns dos trabalhos, como por exemplo, o aumento da estrada de ferro de Baturité, englobava esses dois aspectos mais gerais. Ao mesmo tempo que levava à estrada de ferro para novos caminhos, facilitando o transporte de pessoas e mercadorias, desse modo, dando maior dinamicidade ao comércio, ao mesmo tempo que poderia levar o progresso para outras cidades do interior do Estado, além, de fazer com que alguns desses trabalhadores ficassem fora da capital, uma vez que esse tipo de trabalho lhes enviava para outras localidades.

Outros trabalhos objetivavam manter a população nos seus próprios municípios, fazendo com que o governo provincial criasse comissões de socorros, assim, boa parte da população que migraria, trabalhavam em obras públicas de embelezamento, reformas,

estradas, açudes, enfim, evitando que mais retirantes chegassem à Fortaleza. De acordo com Foucault

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrija, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (FOUCAULT, 2013. p. 133).

Tendo em vista essa perspectiva foucaultiana, o trabalho, as escolas, a Igreja, bem como a família e outras instituições, estão alojados os discursos sobre como se deve agir na e para a sociedade, sobretudo, buscando tornar o corpo dos outros úteis conforme o que se planeja. Disciplinar e remodelar as ações e práticas cotidianas a partir de um modelo de como se viver em sociedade, ganha ênfase nos meios de disseminação desses discursos e na vigilância sobre os corpos. Como Foucault, entendemos que o poder está descentralizado, inserido, permeado e fragmentado na sociedade e em instituições que dela fazem parte.

Cada vez mais se fazia necessário controlar a multidão que chegava em Fortaleza. Diminuir o fluxo de retirantes na cidade entra, também, como objetivo das obras elaboradas pelo governo. Assim, alguns programas de combate à seca, visavam manter o retirante no seu local de origem, impedindo-os que chegassem à Fortaleza.

Com a seca de 1915, uma nova prática de controle e disciplina sobre a população que migrava para Fortaleza foi criada: o Campo de Concentração do Alagadiço, localizada nas proximidades de Fortaleza. O termo Campo de Concentração tão conhecido durante e após a segunda Guerra Mundial (1939 - 45) tem como característica a segregação, o afastamento da sociedade de um determinado povo por outro, utilizando-se de um discurso científico para justificar tal projeto de exclusão. O campo de concentração do Alagadiço funcionou como um ambiente para aglomerar a população que chegava à Fortaleza por conta da estiagem e que ocupavam os espaços públicos, tornando-se cada vez mais indesejáveis para a população local. De acordo com Kênia Rios

Em 1932, a prática de manter a cidade dos ricos de Fortaleza afastada (ou parcialmente afastada) da miséria concretizou-se em frentes de trabalho, em políticas de emigração para outros Estados e na construção de locais para o aprisionamento dos flagelados. Nessa seca, o poder público isolou parte dos

sertanejos em sete campos de concentração, distribuídos em lugares estratégicos para garantir o encurralamento de um maior número de retirantes (RIOS, 2006, p. 8).

A referida autora argumenta que as classes dominantes queriam impedir a invasão dos retirantes na capital, e começava-se a pensar em repetir o feito de 1915, sendo que agora fixando os retirantes no próprio sertão, dificultando cada vez mais a aproximação destes à cidade de Fortaleza. Com isso houve a necessidade de fazê-los concentrados nos espaços de mais tensão, ou seja, nas proximidades das estações de trem. O aprisionamento dos retirantes é utilizado como estratégia para mantê-los afastados da cidade que se queria bela e moderna, além de assegurar a mão-de-obra próxima ao latifúndio, para uma possível retomada da produção de algodão, principal produto da pauta de exportação do Ceará.

Na seca de 1932, mais seis campos de concentração¹⁷⁹ foram criados estrategicamente nas proximidades das estações de trem onde haviam mais tensões devido a grande aglomeração de pessoas que queriam migrar para a cidade rica. Esses campos foram instituídos nas cidades de Crato, Quixeramobim, Cariús, Senador Pompeu, Ipú, além de mais um em Fortaleza. Segundo Rios, os dois campos encontrados na capital eram “expressivamente menores” que os demais, assim, a vigilância e outros tipos de exercícios de poder disciplinar se tornaram mais eficientes na capital. Sobre os campos de concentração a historiadora explana

Os Campos de Concentração funcionavam como uma prisão. Os que lá chegavam não podiam mais sair, ou melhor, só tinham permissão para se deslocar quando eram convocados para o trabalho, como a construção de estradas de ferro e açudes ou obras de “melhoramento urbano” de Fortaleza ou quando eram transferidos para outro campo. (RIOS, 2006, p. 55).

Desse modo, vemos que diversas estratégias foram criadas para garantir a modernização da cidade, assegurar o projeto civilizador sobre a população, controlando, disciplinando e remodelando a mesma. Era necessário manter a cidade limpa, diminuir o fluxo de pessoas indesejáveis, tentando remodelá-las, reprimindo aspectos transgressores, utilizando sempre o saber científico, evolucionista, dando credibilidade ao discurso eugenista e criando vários meios de disseminação desse discurso.

REFERÊNCIAS

¹⁷⁹ Ver ALBUQUERQUE FILHO, Ronald de Figueiredo e. Cidade, seca e campo de concentração: o início da modernização em Crato, Ceará (1900 - 1933). 2015. 132 f. Dissertação (mestrado em história) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, Abril, 2015.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed., São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Palavras que calcinam, palavras que dominam: A invenção da seca no Nordeste. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, vol. 14, nº28, 1994.

ALMEIDA, Fenelon. **As vozes da seca**. Fortaleza, ACI, 1978.

CORDEIRO, Celeste. **O Ceará na segunda metade do século XIX**. SOUZA, Simone de (Orgs.). Uma nova história do Ceará. 3ª. ed., Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. **História do Cariri**. Coedição Secult/edições URCA, Fortaleza: ed. UFC, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: graal, 2007.

_____. **História da sexualidade**, a vontade de saber. 20ª ed. São Paulo: graal, 2010.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 41ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MENEZES, Edith Oliveira de; MORAIS, José Micaelson Lacerda. **Seca no nordeste: desafios e soluções**. São Paulo: Atual, 2002.

NEVES, Frederico de Castro. **Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas**. In.: Revista brasileira de história, vol. 21, nº 40. São Paulo, 2001.

_____. **A seca na história do Ceará**. SOUZA, Simone de (Orgs.). **Uma nova história do Ceará**. 3ª. ed., Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

_____. **A seca e a cidade: a formação da pobreza urbana em Fortaleza (1880-1900)**. SOUZA, Simone de e NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). **Seca**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

_____. **Curral do Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)**. In.: Revista brasileira de história, vol. 15, nº 29. São Paulo, 1995.

OLIVENOR, José. **“Metrópole da fome”**: a cidade de Fortaleza na seca de 1877- 1879. SOUZA, Simone de e NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). **Seca**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Juazeiro e caldeirão: espaços do sagrado e profano**. SOUZA, Simone de (Orgs.). Uma nova história do Ceará. 3ª. ed., Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. 2ª. ed, Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da cultura e desporto do estado do Ceará, 2006.

_____. **A cidade cercada: festa e isolamento**. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Org.) **Seca**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

SOUZA, Simone. **Da “Revolução de 30” ao Estado Novo**. SOUZA, Simone de (Orgs.). Uma nova história do Ceará. 3ª. ed., Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

SOUZA, Simone de e NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). *Seca*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1915**. Fortaleza. Edições UFC, 1980.

VIEIRA, Tanísio. *Seca, disciplina e urbanização: Fortaleza (1865-1879)*. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Org.) **Seca**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

WOODWARD Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** Tomaz Tadeu da Silva (Org.). Stuart Hall; Kathryn Woodward. 7 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.